

## **Apresentação**

Desde que Rachel Carson (1962) lançou o seu clássico livro ‘Primavera Silenciosa’ apresentando de maneira minuciosa os efeitos nocivos para o meio ambiente do que ela chamou de ‘elixires da morte’ que a questão ambiental passou a ter a devida importância a partir do século XX. Se num primeiro momento o debate ambiental estava restrito ao âmbito das ciências consideradas duras, a incidência de problemas ambientais naquele período revelava o esgotamento do um modelo de reprodução social capitalista fundamentado na produção e consumo fez que os problemas ambientais começassem a ser sentidos de perto pelas pessoas.

O marco institucional do debate voltado para as questões ambientais tem início na década de 1970, momento onde emergem inúmeras indagações por parte dos cidadãos a respeito do futuro do planeta. E é importante que se diga que para além do debate ambiental, propriamente, tais indagações questionavam ao modelo de sociedade daquela época, suas contradições e formas de sociabilidades. Esses debates, portanto, passam a se tornar pauta da agenda pública, pois passou a ser elemento da composição das políticas públicas dos estados nacionais.

Um elemento importante nesse debate foi/é a introdução do avanço tecnológico que levou à diversificação das atividades econômico-industriais. Por outro lado, esse avanço potencializou o risco de desastres ambientais provocados pela intensidade e complexidade dos novos processos produtivos e tipos de resíduos gerados. Assim, o fator tecnológico que surgiu como facilitador da vida dentro do sistema capitalista, foi também um agente da contaminação que transpassa as fronteiras geopolíticas sendo registrada em diversos lugares do planeta.

Diante disso, na perspectiva de envolver as nações no debate, a Organização da Nações Unidas (ONU) através da realização dos quatro grandes encontros internacionais (da Conferência de Estocolmo 1972 à Rio + 20, em 2012) apontou para uma nova ordem ambiental internacional, capaz de garantir o desenvolvimento das atividades econômicas e o respeito pelos valores ambientais em uma sociedade cada vez mais globalizada bem como o de caminhar no sentido de diminuir as desigualdades entre as populações mais ricas e as mais pobres.

Apesar dos esforços internacionais, as razões de preocupação com o meio ambiente não têm cessado e agrava-se com temas como a mudança climática, aumento desenfreado do consumo, destinação incorreta dos resíduos sólidos e líquidos, desastres socioambientais motivados pela ação antrópica, soberania territorial e energética e acesso desigual à água.

Contudo, do desenvolvimento sustentável à economia verde, e, mais recentemente, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) chancelados pela ONU, o que se tem verificado é que a maior preocupação dos players internacionais com o meio ambiente fundamenta-se nos pressupostos da atividade econômica. Nesse sentido, qualquer que seja a recomendação para que os

países adotem medidas de precaução/preservação/conservação ambiental essas não devem tocar nos movimentos da mão invisível do mercado. Portanto, a ambivalência da conciliação entre o meio natural e o meio capitalista implica no surgimento de conflitos econômicos, sociais, ambientais, éticos, estéticos, culturais, etc.

Foi a partir dessas preocupações iniciais com os rumos e, sobretudo, rebatimentos da questão ambiental em diversos territórios da América Latina que lançamos o Simpósio intitulado ‘Socioeconomia e Meio Ambiente: problemas, perspectivas e vivências latino-americanas’ no 56º Congresso Internacional de Americanistas, realizado na Universidad de Salamanca, Espanha, em julho de 2018. Fruto de debates e aproximações realizados naquele simpósio, este dossiê perfaz as inquietações, constatações, diagnósticos, críticas, questionamentos, avaliações e proposições de pesquisadores comprometidos com a possibilidade de tornar o mundo mais resiliente.

Portanto, o dossiê ora publicado lança um olhar multidisciplinar sobre os problemas e conflitos nos diversos territórios da América Latina que foram debatidos pelos participantes. Parte-se da premissa que no atual contexto internacional em um mundo caracterizado por uma globalização de modelo ocidental voraz, a principal estratégia para o enfretamento das graves questões e conflitos socioambientais é a cooperação entre os mais grupos humanos mais fragilizados, as minorias que pouco são ouvidas e que muito são impactadas pelas ações cada vez mais violentas desse capitalismo de rapina.

Assim, está constituído por seis artigos que, a nosso ver, garantem a ampliação do debate de autores latino-americanos que apresentaram sob forma de comunicação oral os resultados de pesquisas e reflexões no 56º Congresso Internacional de Americanistas, através de abordagens plurais e contribuições acerca das inúmeras questões que versam sobre temáticas abrangentes na área da Socioeconomia e Meio Ambiente.

O primeiro artigo intitulado “Preferencias socioeconómicas por costos ambientales en la región oeste del Lago de Cuitzeo, Michoacán, México” tem por objetivo proceder a uma análise descritiva a partir da abordagem teórica da economia ambiental, aplicando o método de avaliação contingente, a fim de analisar e medir o investimento defensivo realizado pela população que reside na Região Oeste do Lago Cuitzeo, Michoacán, México, em função da deteriorização ambiental do lago, por substâncias contaminantes fruto das atividades industriais da região, na busca da proteção da saúde em detrimento a redução de custos com bem estar.

O segundo texto, “O Programa APELL: desafios e perspectivas da participação de comunidades em emergências locais”, tem como proposta uma reflexão a respeito de uma metodologia desenvolvida pela ONU, por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), juntamente com as indústrias, em especial, o Conselho Internacional das

Associações das Indústrias Químicas, o Programa Awareness and Preparedness for Emergencies at Local Level (APELL) visando preparar as comunidades para situações de emergência, considerando que a proposta foi aplicada em algumas cidades do mundo, apresentando aspectos positivos e outros ainda desafiadores. Para tanto, o texto apresenta as características, contradições, avanços e limites do APELL dando especial ênfase na experiência recente de Caraguatatuba, município localizado no estado de São Paulo, Brasil.

O terceiro artigo que versa sobre “Conflictos y tensiones del desarrollo eco-territorial en Bolivia” busca contextualizar que apesar do reconhecido “progresismo” del Estado Plurinacional de Bolivia, a reprodução dos modelos de desenvolvimento não coincidem com a identidade sócio-territorial local, tampouco com a biodiversidade, o que demonstra a incongruência frente aos conflitos que se manifestam antes da abertura de um estrada em uma área de reserva indígena de proteção ambiental O território indígena Parque Nacional Isiboro Sécure, Bolivia, é um dos exemplos mais agudo das estratégias de articulação dos interesses capitalistas globais em territórios fragilizados da América Latina.

No quarto artigo, “A transposição das águas do rio São Francisco na resposta à seca do Nordeste brasileiro”, os autores se propõem a mostrar uma cronologia da transformação da ideia em obra. Assim, apresentam um histórico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional brasileiro, apontando desde a primeira vez que foi apresentado em 1818 até a inauguração da primeira fase da obra com a chegada da água aos estados de Pernambuco e Paraíba. Assim, os autores levantam um debate elencando as várias dimensões do tema bem como colocando em pauta diferentes posicionamentos em relação aos diferentes fins a que se destina a grande obra, que numa visão crítica a associam à segregação de comunidades ribeirinhas, a extensão dos prazos de conclusão que impactam diretamente na transparência dos processos de realização da transposição e mesmo na sua adequação à resposta às mudanças climáticas.

Já o quinto artigo, “A diversidade da agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente – SP”, tem como proposta analisar a diversidade da agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente, São Paulo, tomando como referência a dimensão das áreas cultivadas, os tipos de terrenos, os sistemas de produção e os canais de comercialização utilizados. Os autores identificaram e mapearam as áreas hortícolas e as ocupadas com outros tipos de cultivo mostrando ser viável essa forma de agricultura urbana. Foram realizadas entrevistas com técnicos e dirigentes municipais e conforme resultados essa forma de agricultura torna-se resiliente tem sido importante na composição da renda dos produtores e no abastecimento de produtos hortícolas de alta perecibilidade na região.

O sexto e último artigo, “A construção do Agronegócio na Região de Planejamento Sudoeste Goiano”, trata das importantes transformações espaciais que a região do sudoeste Goiano vem sofrendo desde a década de 1970 a partir da introdução das técnicas e tecnologias da modernização da agricultura, a qual introduz as lavouras de grãos (arroz, soja e milho). Trata também dos impactos socioambientais e das novas relações estabelecidas pelo capital e trabalho no decorrer do processo, que impôs novas relações no campo por meio do sistema de produção integrado de aves e suínos e impactando diretamente na vida da população da região.

Desejamos que os leitores agreguem a partir das leituras dos textos aqui reunidos novas referências teóricas, metodológicas e práticas na discussão das temáticas na área de Socioeconomia e do Meio Ambiente em relação à América Latina, o que certamente irá contribuir com uma mirada mais robusta das contradições que passam essa região do planeta que convive sob forte interferência do imperialismo norte-americano.

Fábio Fonseca Figueiredo<sup>1</sup>

Valéria Pereira Bastos<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Professor do Programa do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica - Rio